

Uma política comercial justa

A socialdemocracia alemã defende uma política comercial justa, na qual todos ganhem*

Thorsten Schäfer-Gümbel

JULHO DE 2016

- A política comercial atual polariza a nossa sociedade. Por um lado, produz ganhadores, mas por outro lado também perdedores. É por isso que muitas pessoas têm medo de um mundo globalizado.
- A socialdemocracia aspira um mundo no qual todos se beneficiam do comércio. Ela pretende reduzir a divisão social com uma política comercial justa. Essa política comercial justa deve ser voltada para o futuro, que dote a globalização de regras e conduza a uma maior justiça social.
- Em vez de invocar uma espiral descendente de harmonização, os acordos comerciais devem estimular uma espiral harmonizadora ascendente. Isso implica criar deveres para empresas, em base de mecanismos juridicamente vinculantes.
- Finalmente, uma política comercial socialdemocrata precisa traspasar uma perspectiva meramente econômica e incluir outros objetivos como direitos humanos, desenvolvimento sustentável e segurança.



Transparência, padrões, valores - as revelações dos vazamentos sobre o TTIP, acerca da posição de negociação dos norte-americanos, não logram reduzir o ceticismo das pessoas diante do TTIP. Muito pelo contrário: se os EUA persistirem na sua obstinação e não aceitarem as exigências básicas, cabíveis num bom acordo comercial, o TTIP não será assinado. O Partido Social-Democrata coloca-se contra reduções nas áreas do direito do consumidor, do direito dos gêneros alimentícios, do direito ambiental ou do direito trabalhista - e isso vale ainda mais com vistas aos procedimentos democráticos em uso no nosso país. Tribunais arbitrais do tipo tradicional são inaceitáveis para o TTIP e quaisquer acordos futuros. A resolução, tomada na última convenção nacional do nosso partido, deixou isso bem claro.

É certo que atualmente todos falam do TTIP. Mas qual será o perfil de um futuro acordo comercial, que não só observe os nossos princípios, mas seja também um instrumento de justiça social? A socialdemocracia europeia deve desenvolver e implementar novas idéias num esforço conjunto. No curto prazo, isso é demonstrado pela importante iniciativa de Sigmar Gabriel, presidente do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), em prol de um novo Tribunal de Contenciosos Comerciais. Independentemente das negociações com os EUA, necessitamos no longo prazo de um debate sobre uma política comercial baseada em valores e sobre o desenvolvimento de novos mecanismos.

Comércio apenas com diretrizes claras

A atual política comercial polariza a nossa sociedade. Os conservadores defendem mercados desenfreados. Para a esquerda uma coisa está clara: os grandes grupos empresariais são

os culpados de tudo. Mas essa explicação é demasiado simplista. O trabalho, a economia e o meio ambiente não são conjugados. Do outro lado, os populistas de direita clamam por novos muros e pela segregação. Essa resposta é errada. Significaria o fim da sociedade aberta e moderna e do bem-estar, dos quais usufruímos na Europa.

Nós, do Partido Social-Democrata da Alemanha, formulamos limites “vermelhos” intransponíveis, mas além disso precisamos tomar a iniciativa na argumentação, pois a política comercial produz ganhadores. Muitas pessoas na Alemanha e na Europa experimentam o bem-estar crescente para si e suas famílias. Fazem sucesso na sua profissão, encontram colegas internacionais e conhecem países diferentes. Sabemos que o comércio pode produzir crescimento e trabalho, até salários médios mais elevados e maior segurança.

Por outro lado, a política comercial também produz perdedores. Muitas pessoas têm medo de um mundo globalizado. Temem perder seu emprego, temem não resistir à pressão, temem tornar-se supérfluos em uma “fábrica enxuta”. Caso os padrões ambientais e sociais forem ao brejo, elas engrossariam o grupo dos inequívocos perdedores. A política comercial não acarreta automaticamente maior bem-estar para todos. Um crescimento de 2% raras vezes equivale a um aumento salarial de 2% ou a boas condições do meio ambiente. É bem maior o número de fatores responsáveis por uma situação, na qual todos se beneficiam do comércio. E nós temos de lutar justamente por um mundo, no qual todos se beneficiam do comércio.

Pretendemos reduzir a divisão social com a política comercial. Queremos transformar mais pessoas em ganhadores. As pessoas vão para as ruas com boas razões. Seu protesto



também é expressão da crescente desigualdade social, de um aprofundamento da divisão entre ricos e pobres e das preocupações com relação ao futuro. Precisamos desenvolver um projeto de uma política comercial voltado para o futuro, que dote a globalização de regras e conduza a uma maior justiça social. Com efeito, a política em prol de um comércio justo é uma tarefa árdua, mas sem dúvida mais necessária do que nunca.

***Race to the top* - a concorrência na direção de padrões mais elevados**

Com frequência invoca-se em acordos comerciais uma espiral descendente de harmonização de padrões. As assim chamadas barreiras comerciais ou alfandegárias - um termo que se presta a interpretações errôneas - muitas vezes nem são mais tarifas alfandegárias, mas regras e padrões diferentes. São regras que providenciam segurança. São conquistas preciosas, que protegem as pessoas e a natureza. Se quisermos enfrentar a desigualdade social, não teremos como evitar a seguinte pergunta: será que não poderíamos adotar outro enfoque, uma espiral harmonizadora ascendente? “Race to the top” em vez de “race to the bottom”? Carecemos de mecanismos, que conduzam a padrões mais elevados.

Teríamos uma série de boas idéias para acordos progressistas. Assim, para citar um exemplo, poderíamos definir em conjunto a cada cinco anos valores máximos mais baixos para a emissão de gases de escape de veículos automotores. Poderíamos acertar uma proteção mais rigorosa da saúde. Poderíamos imaginar também um empenho conjunto por avaliações anuais de acordos comerciais pelos sindicatos. Isso seria o sinônimo da configuração política da economia global. Decerto isso corresponde hoje mais a um desejo do que à realidade. Já agora os processos de harmoni-

zação na Europa exigem um rigoroso controle dos nossos nervos e além disso são penosos. Não obstante, os tempos estão maduros para tais enfoques.

Egoísmos versus desenvolvimento

De olho no futuro, não deveríamos ver o mundo apenas na nossa perspectiva. Devemos perguntar-nos: será que o nosso comércio não prejudica outras pessoas? Nossos subsídios maciços a produtos agropecuários europeus são bons para os grandes produtores na Europa, mas impedem o desenvolvimento de muitos países africanos. Estes só têm chances de crescimento econômico, se fecham os seus mercados. Diante disso, não podemos fugir à seguinte pergunta autocrítica: Quais egoísmos nacionais ou europeus uma política comercial socialdemocrata se pode permitir?

O exemplo da China e da indústria do aço mostra que nós também podemos ser os perdedores. A China quer desenvolver-se. Mas subsidia seu aço tão imensamente, que os preços de *dumping* são inferiores aos custos de produção. Eis um egoísmo nacional, que se volta contra outros países - nesse caso também contra nós. Por isso a política comercial precisa efetuar uma maior ponderação entre a necessidade de desenvolvimento e as inclinações egoístas.

Direitos - e, precisamente, também deveres

Uma política comercial socialdemocrata também significa que precisamos criar deveres para empresas. Empresas transnacionais querem garantir seus investimentos por meio de tribunais de arbitragem. Nós socialdemocratas recusamos tribunais privados de arbitragem. Graças à iniciativa de Sigmar Gabriel dispomos de uma alternativa com um Tri-



bunal de Contenciosos Comerciais, que seria público e composto por juízes independentes. Mas como nos posicionamos diante da imposição de penalidades a empresas? Direitos humanos, sustentabilidade, representações fortes dos interesses dos trabalhadores... tudo isso são belas palavras de ordem, mas elas não nos vinculam apenas em acordos comerciais, mas, para citar um exemplo, também no Plano Nacional de Ação “Economia e Direitos Humanos”. Ocorre que não podemos impor exigências em larga escala. Por isso carecemos de mecanismos juridicamente vinculantes. Aqui precisamos desenvolver novos enfoques.

Coerência - o comércio pode ser seu instrumento por excelência

A política comercial ainda continua sendo pensada em perspectiva econômica. No entanto, uma política comercial socialdemocra-

ta é também uma questão de coerência internacional. Quais objetivos queremos atingir na política de desenvolvimento? Quais objetivos perseguimos no nosso empenho em fortalecer o movimento sindical internacional? Quais objetivos identificamos na combinação das políticas comercial, externa e de segurança? Celebramos tratados muito bons como o Acordo de Paris sobre a redução das mudanças climáticas. Apoiamos os objetivos da ONU em prol do desenvolvimento sustentável. Defendemos cadeias mundiais de fornecedores, nas quais os direitos humanos deverão desempenhar um papel maior. Tudo isso deve ter mais peso em uma estratégia internacional em prol da justiça na política comercial. Somente assim o comércio poderá ser um fator de transformação política.

*Trata-se de uma tradução do texto publicado em alemão na revista *Internationale Politik und Gesellschaft* (IPG) em 03/05/2016.



Sobre o autor

Thorsten Schäfer-Gümbel é Vice-Presidente do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD).

Responsável

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil
Av. Paulista, 2001 - 13º andar, conj. 1313
01311-931 | São Paulo | SP | Brasil
www.fes.org.br

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)

A Fundação Friedrich Ebert é uma instituição alemã sem fins lucrativos, fundada em 1925. Leva o nome de Friedrich Ebert, primeiro presidente democraticamente eleito da Alemanha, e está comprometida com o ideário da Democracia Social. Realiza atividades na Alemanha e no exterior, através de programas de formação política e de cooperação internacional. A FES conta com 18 escritórios na América Latina e organiza atividades em Cuba, Haiti e Paraguai, implementadas pelos escritórios dos países vizinhos.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Friedrich-Ebert-Stiftung.

O uso comercial de material publicado pela Friedrich-Ebert-Stiftung não é permitido sem a autorização por escrito.

ISBN 978-85-99138-84-7



9 788599 138847